



24º SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

13ª Mostra Científica de Integração
entre Pós-Graduação e Graduação
3ª Jornada de Tecnologia e Inovação

DEMANDAS EFETIVAS PARA A INCLUSÃO ESCOLAR NO ENSINO FUNDAMENTAL: o olhar docente

Camila Cristine Tavares, Amanda Frensch, Juliana Vieira de Araujo Sandri, Fabíola Hermes Chesani, Carina Nunes Bossardi
Saúde Coletiva - Saúde Pública

A inclusão escolar de alunos com deficiência demanda compreensão das necessidades vivenciadas no cotidiano docente, especialmente frente aos desafios relacionados ao desenvolvimento intelectual, cognitivo e socioemocional. No contexto da educação básica, professores atuam como protagonistas no processo de acolhimento e aprendizagem, mas frequentemente relatam lacunas formativas e ausência de recursos adequados, repercutindo na efetivação da inclusão. É importante compreender que a educação inclusiva vai além da educação especial, uma vez que a educação especial tradicionalmente atende alunos em suas necessidades específicas, enquanto a educação inclusiva busca promover um ambiente escolar acolhedor que valorize e respeite toda a diversidade, configurando-se como uma alternativa para superar desigualdades sociais por meio de mudanças estratégicas, considerando recursos econômicos, formação docente e comprometimento dos sistemas educacionais e governamentais. Investigar essas demandas torna-se essencial para subsidiar propostas de capacitação docente alinhadas às realidades escolares. O presente estudo tem como objetivo levantar as demandas relacionadas, na perspectiva de professores, considerando o desenvolvimento intelectual, cognitivo e socioemocional de alunos do ensino fundamental para a inclusão escolar. A pesquisa caracteriza-se como de campo, de natureza básica, exploratória e descritiva, desenvolvida sob abordagem qualitativa. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com seis professores do ensino fundamental, vinculados a escolas públicas (identificados como P1 a P6), cujos alunos participaram das oficinas de criação de games (DuaGames) no primeiro semestre de 2025. Teve a aprovação do CEP/ Univali com o parecer n. 7.268.099. As entrevistas investigaram as percepções dos professores acerca do desenvolvimento intelectual, cognitivo e socioemocional dos alunos, bem como as principais dificuldades, fortalezas e demandas relacionadas à efetivação da inclusão escolar. O material empírico foi submetido à análise de conteúdo na modalidade temática categorial (Bardin, 2016). O estudo concentrou-se especificamente nas demandas relatadas pelos docentes, das quais emergiram quatro categorias centrais: formação docente, recursos pedagógicos e tecnológicos, articulação intersetorial e participação familiar. Tais categorias têm por finalidade subsidiar, futuramente, a elaboração de uma proposta de capacitação docente voltada à inclusão escolar. Os resultados apontaram as demandas imprescindíveis para a inclusão escolar - Categoria 1: Formação docente, os professores evidenciaram uma lacuna significativa na formação inicial e na ausência de capacitações continuadas voltadas à inclusão, pois a graduação não oferece preparação adequada para lidar com a diversidade, sendo muitas vezes necessário buscar conhecimento de forma autônoma. Um dos entrevistados comentou que "A nossa graduação não explica como a gente trabalha [...] é tua experiência do dia a dia" (P1), enquanto outro destacou que "Nós por profissão deveríamos ter isso de formação [...] é a realidade mais constante daqui pra frente" (P2). Também foi mencionado que "Na faculdade eu não vi nada sobre [inclusão]. Eu sei o que sei porque fui atrás" (P3), e que "A gente não se aprofunda muito na educação inclusiva, falta essa habilidade de adaptação" (P5). Outro relato enfatizou que "O professor, ele não está preparado, então tem que correr atrás em busca de conhecimento" (P6). Categoria 2: Disponibilização de recursos pedagógicos e tecnológicos adequados também se revelou essencial. Os docentes destacaram dificuldades relacionadas à ausência de materiais adaptados, jogos educativos, tecnologia assistiva, salas multiuso e suporte psicopedagógico. Um professor mencionou que "Às vezes a gente não encontra o material apropriado [...] precisamos de recursos de AEE, imagens, data show" (P1), enquanto outro relatou que, "O recurso é ter uma sala totalmente adaptada, equipada [...] ambientes diferenciados também" (P3). Foi salientado que, "A escola tá sempre tentando oferecer o melhor, mas muitas vezes falta suporte [...] é uma inclusão em fachada" (P4) e que "A maior dificuldade é quando o estado não fornece o segundo professor [...] isso atrapalha o desenvolvimento cognitivo e intelectual" (P5). Também se evidenciou a limitação física dos espaços, com um docente apontando que "Muita escola tem espaço físico pequeno, precisava ampliar para acolher as crianças. [...] eu montei materiais pedagógicos, como cartelas de fósforo para trabalhar numerais e vogais, porque não há recurso suficiente" (P6).Categoria 3: A articulação intersetorial entre escola, família e profissionais da saúde foi outra demanda ressaltada pelos professores, considerando que a inclusão exige ações intersetoriais. Um docente relatou



24º SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

13ª Mostra Científica de Integração
entre Pós-Graduação e Graduação
3ª Jornada de Tecnologia e Inovação

que “Nós temos uma comunidade bastante carente [...] fila imensa na fono” (P1), e outro sugeriu que “Talvez uma ligação com o posto de saúde com a escola para que ele tenha atendimento psicológico semanal” (P2). A importância de uma rede conjunta foi enfatizada, sendo necessário que saúde, família e escola atuem de forma integrada: “Precisa ser uma rede em conjunto: saúde, família e escola, todos cobrando para evoluir com esse aluno” (P4). O papel dos psicólogos na escola também foi destacado, sendo observado que “Os psicólogos deveriam ter atendimento efetivo na escola, tanto para os professores quanto para os pais. [...] importância é gigantesca, se quebra um elo da rede (escola, família, saúde), as mudanças ficam muito difíceis” (P5). Ademais, constatou-se que “Os pais estão em busca de terapia e medicamentos pelo SUS, mas há demora e falta de condições financeiras” (P6). Categoria 4: A participação familiar no processo educativo também se mostrou essencial para o sucesso da inclusão escolar. Os professores apontaram que, quando há suporte familiar, o acompanhamento torna-se mais tranquilo: “Quando se tem suporte familiar a gente consegue caminhar muito mais tranquilo” (P1). Por outro lado, a ausência de comprometimento familiar é uma barreira, como observou um docente: “O maior desafio é a família [...]. Muitos não aceitam, não procuram terapia” (P4), enquanto outro relata que “A questão negativa é quando a família não se compromete [...]. Só a escola não consegue atingir os objetivos” (P3). A estigmatização e o receio de buscar laudos médicos também dificultam o processo inclusivo: “Muitos pais evitam o laudo médico por medo de estigmatização, mas isso dificulta a inclusão. [...] vejo a necessidade de maior participação da comunidade escolar, inclusive aproximar famílias típicas e atípicas” (P5). Outro docente enfatizou que “Os pais precisam ter mais cuidado e observação, isso é fundamental para apoiar os filhos” (P6). No entanto, também foi identificado que a implementação da política de educação inclusiva enfrenta desafios, como a necessidade de formação adequada de professores para lidar com a diversidade, a falta de infraestrutura inclusiva, escassez de recursos educacionais e a necessidade de maior participação das famílias, exigindo atenção e investimentos significativos. Diante desse panorama, evidencia-se a relevância das políticas públicas voltadas à promoção da inclusão escolar. Em âmbito nacional, destacam-se a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEPEI), a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e o Decreto nº 7.611/2011, que regulamenta o Atendimento Educacional Especializado (AEE). No estado de Santa Catarina, a Secretaria de Estado da Educação (SED/SC) estabelece diretrizes para a implementação da educação inclusiva nas escolas estaduais, promovendo programas de formação continuada para docentes. No município de Itajaí, a legislação local dispõe sobre os direitos das pessoas com deficiência e regulamenta ações de inclusão escolar, incluindo a oferta do AEE e programas de sensibilização da comunidade escolar (Lei Complementar nº 423/2022; Lei Orgânica do Município; Decreto nº 13.582/2025; Lei Ordinária nº 13.728/2025). Apesar desses avanços, muitos profissionais da educação ainda enfrentam desafios devido à insuficiente preparação inicial e à escassez de oportunidades de formação continuada. Mendes e Freitas (2020) reforçam a necessidade de capacitar os professores para identificar as necessidades de cada aluno e implementar estratégias que assegurem sua participação ativa. Evidenciam-se que os educadores demandam ampliação de conhecimentos sobre anatomia e fisiologia do sistema nervoso, paralisia cerebral, autismo, síndrome de Down, hiperatividade, dificuldades de aprendizagem, contexto legal e fisioterapia. A categoria “autismo: tempo de escuta e aprendizagem” revela que os professores reconhecem a importância de desenvolver competências práticas e teóricas para incluir alunos autistas de forma efetiva, considerando suas condições sociais, físicas e comportamentais, e buscando estratégias pedagógicas inovadoras que promovam qualidade de vida. Adicionalmente, destaca-se que a ausência de formação especializada e de apoio técnico constitui uma barreira significativa à inclusão, uma vez que a prática pedagógica cotidiana demanda ações que nem sempre são contempladas na formação inicial ou continuada do professor. A inclusão escolar só se efetiva quando a escola se configura como inclusiva, abrangendo todas as crianças e jovens com necessidades educacionais especiais. Nesse contexto, a utilização de tecnologias educacionais, como os games digitais, emerge como estratégia eficaz para ampliar o acesso e a qualidade dos processos formativos. A tecnologia digital, enquanto suporte educacional, expande os conhecimentos e oferece novas ferramentas pedagógicas. A formação docente é essencial para a implementação bem-sucedida das tecnologias em práticas inclusivas, considerando que muitos professores carecem de preparo técnico e pedagógico, comprometendo o potencial transformador dessas ferramentas. A pesquisa revelou que a inclusão escolar no ensino fundamental ainda é marcada por contradições entre discurso e prática. Embora os professores reconheçam potencialidades dos alunos com deficiência e valorizem pequenas conquistas, enfrentam obstáculos estruturais, pedagógicos e relacionais que limitam a efetividade das ações inclusivas. As demandas identificadas – formação docente, recursos pedagógicos e tecnológicos, articulação intersetorial e participação familiar – constituem pilares que precisam ser fortalecidos por políticas públicas e por iniciativas institucionais. Sem esse suporte, a inclusão corre o risco



24º SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

13ª Mostra Científica de Integração
entre Pós-Graduação e Graduação
3ª Jornada de Tecnologia e Inovação

de se tornar meramente formal, perpetuando desigualdades. Como contribuição prática, os resultados subsidiam a elaboração de programas de capacitação docente, voltados ao uso de metodologias inclusivas, recursos pedagógicos inovadores (como jogos digitais) e estratégias de fortalecimento da relação escola-família-comunidade. Assim, reafirma-se que a inclusão efetiva exige não apenas a boa vontade do professor, mas sim um compromisso sistêmico, que articule formação, recursos, redes de apoio e participação social, de modo a garantir que todos os alunos possam aprender e se desenvolver plenamente.

Palavras-chave: Inclusão escolar; Ensino fundamental; Professores escolares.

Referências

- ARAÚJO, Francisco Roberto Diniz . A Política Nacional da Educação Inclusiva: perspectivas, Desafios e Práticas em Contexto Brasileiro. <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/11859/5440>. Acesso em: 8 de set. 2025. BORBA, Márcia; ZANG, Janaína Martins; SILVA; et al. O Protagonismo da Família no Processo de Inclusão Escolar da Criança com Deficiência. Revista Diálogos Interdisciplinares, v. 4, n. 16, p. 1000–1016, 2024. Disponível em: <<https://periodicos.ufms.br/index.php/deaint/article/view/22494>>. Acesso em: 8 set. 2025.BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2008. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>. Acesso em: 3 jun. 2025. CASTAGNA, R. M. Tecnologias digitais na educação especial. São Paulo: Cortez, 2017.. CHESANI, F. H.; CORDEIRO, D. S.; BARBOZA, K. M.; KERKOSKI, E. A contribuição da fisioterapia na formação do professor de ensino regular na educação inclusiva. Revista de Educação Popular, Uberlândia, v. 14, n. 1, p. 85–96, 2015. DOI: 10.14393/rep-v14n12015-art07. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/reveducpop/article/view/29261>. Acesso em: 1 set. 2025. MENDES, M. C.; FREITAS, L. R. Tecnologias assistivas e sua contribuição para a inclusão escolar. Educação em Revista, v. 10, n. 3, p. 231–245, 2020. SANTOS, C. L. S. C. et al. Conhecendo o autismo no contexto da inclusão social: na flexibilidade curricular e métodos pedagógicos. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/3Vd0Ge>. Acesso 1 set.2025. VANINI, Jacyara; OLIVEIRA SLESACZEK, Tatiani ; CHESANI, Fabiola. As Concepções dos Agentes de Educação Inclusiva Sobre o Processo de Inclusão Escolar. Revista Univap, v. 24, n. 46, p. 30–30, 2018.

Apoio: Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP); UNIMED Litoral